

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CONCURSO PÚBLICO 2009



CARGO: PEDAGOGO/ÁREA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Número de Questões: **40** (10 de Língua Portuguesa e 30 de Conhecimentos Específicos)
Duração da Prova: **4 horas** (já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTA)

LEIA COM ATENÇÃO

- ⚙ Confira a numeração das questões e o número de páginas deste caderno, antes de iniciar a prova. Em caso de problemas de impressão, peça a imediata substituição do caderno de provas.
- ⚙ Cada questão é composta por cinco itens numerados de I a V. Cada item deverá ser julgado como **CERTO** (C) ou **ERRADO** (E).
- ⚙ Preencha, na FOLHA DE RESPOSTA, a bolha correspondente ao seu julgamento ((C) ou (E)) a respeito de cada item das questões.
- ⚙ Após três horas e trinta minutos do início da prova, o candidato fica desobrigado a devolver este caderno de provas.

DIVULGAÇÃO:

- ⚙ Gabarito preliminar: **10 de agosto de 2009** (<<http://www.coperve.ufpb.br>>).
- ⚙ Gabarito definitivo: **21 de agosto de 2009** (<<http://www.coperve.ufpb.br>>).
- ⚙ Relação dos candidatos habilitados à prova teórico-prática e informações sobre critérios e procedimentos de aplicação dessa prova: **21 de agosto de 2009**.
- ⚙ Resultado final do Concurso será homologado mediante publicação no Diário Oficial da União e no endereço www.ufpb.br.
- ⚙ Aplicação das provas teórico-práticas para as categorias relacionadas nos itens 1 e 2 do Edital 37/2009 será no período de **08 a 18 de setembro de 2009**.

I – LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões de 1 a 10, leia o **TEXTO** abaixo.

Falando difícil

1 Quando começam a ser ouvidas quase todo dia palavras que ninguém ouvia antes, é bom prestar
atenção — estão criando confusão na língua portuguesa e raramente isso resulta em alguma coisa boa. No
mundo dos três poderes e da política em geral, por exemplo, fala-se cada vez mais um idioma que tem
4 cada vez menos semelhança com a linguagem de utilização corrente pelo público. As preferências, aí,
variam de acordo com quem está falando. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, colocou no mapa a
palavra “escandalização”, à qual acrescentou um “do nada”, para escrever o noticiário sobre o dossiê (ou
banco de dados, como ela prefere) feito na Casa Civil com informações incômodas para o governo
8 anterior. Mais recentemente, o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,
contribuiu com o seu “espetacularização”; foi a palavra, vinda de uma língua desconhecida, que
selecionou para manifestar seu desagrado quanto à colocação de algemas no banqueiro Daniel Dantas,
durante as operações da Polícia Federal, que lhe valeram o desconforto de algumas horas na prisão.
12 “Obstaculização”, “fulanização” ou “desconstitucionalização” são outras das preferidas do momento —
sendo certo que existe, por algum motivo, uma atração especial por palavras que acabam em “zação”.

O ministro Tarso Genro, da Justiça, parece ser o praticante mais entusiasmado desse tipo de
linguagem entre as autoridades do governo. Poucas coisas, hoje em dia, são tão difíceis quanto pegar o
16 ministro Genro falando naquilo que antigamente se chamava “português claro”. Ele já falou em
“referência fundante”, “foco territorial etário”, “escuta social orgânica articulada”, entre outras coisas
igualmente alarmantes; na semana passada, a propósito da influência do crime organizado nas eleições
municipais do Rio de Janeiro, observou que “a insegurança já transgrediu para a questão eleitoral”. É
20 curioso, uma vez que, como alto dirigente do Partido dos Trabalhadores, deveria se expressar com
palavras que a média dos trabalhadores brasileiros conseguisse entender. Que trabalhador, por exemplo,
saberia o que quer dizer “referência fundante”? Mas também o PT, e não só o ministro Genro, gosta de
falar enrolado. Seus líderes vivem se referindo a “políticas”, que em geral são “estruturantes”; dizem que
24 isso ou aquilo é “pontual”, e assim por diante. “Políticas”, no entendimento comum da população, são
mulheres que se dedicam à política; a senadora Ideli Salvatti ou a ex-prefeita Marta Suplicy, por exemplo,
são políticas. “Pontual”, da mesma forma, é o cidadão que chega na hora certa aos seus compromissos.
Fazer o quê? As pessoas acham que esse palavreado as torna mais inteligentes, ou mais profissionais.
28 Conseguem, apenas, tornar-se confusas, ou simplesmente bobas.

As coisas até que não estariam de todo mal se só os habitantes do mundo oficial falassem nesse
patoá. Mas a história envolve muito mais gente boa, e muito mais do que apenas falar complicado — o
que ela mostra, na verdade, é que o português está sendo tratado a pedradas no Brasil. O problema
32 começa com a leitura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, vive se orgulhando de não ler
livros — algo que considera, além de chato, como um certificado de garantia de suas origens populares.
Lula ficaria surpreso se soubesse quanta gente na elite brasileira também não lê livro nenhum — ou então
lê pouco, lê livros ruins ou não entende o que lê. Muitos brasileiros ricos, como empresários, altos
36 executivos e profissionais de sucesso, têm, sabidamente, problemas sérios na hora de escrever uma frase
com mais de vinte palavras. Escrevem errado, escrevem mal ou não dá para entender o que escrevem —
ou, mais simplesmente, não escrevem nada. No mesmo caminho vão professores, do primário à
universidade, artistas, profissionais liberais, cientistas, escritores, jornalistas — que já foram definidos,
40 por sinal, como indivíduos que desinformam, deseducam e ofendem o vernáculo.

O mau uso do português resulta em diversos problemas de ordem prática, o primeiro dos quais é
entender o que se escreve. Não é raro, por exemplo, advogados assinarem petições nas quais não
conseguem explicar direito o que, afinal, seus clientes estão querendo — ou juízes darem sentenças em
44 português tão ruim que não se sabe ao certo o que decidiram. Há leis, decretos, portarias e outros
documentos públicos incompreensíveis à primeira leitura, ou mesmo à segunda, à terceira e a quantas
mais vierem. Não se sabe, muitas vezes, que linguagem foi utilizada na redação de um contrato. Os
balanços das sociedades anônimas, publicados uma vez por ano, permanecem impenetráveis.

48 Há mais, nisso tudo, do que dificuldades de compreensão. A escritora Doris Lessing, prêmio
Nobel de Literatura de 2007, diz que, quando se corrompe a linguagem, se corrompe, logo em seguida, o
pensamento. É o risco que se corre com o português praticado atualmente no Brasil de terno, gravata e
diploma universitário.

1. No texto, o autor faz considerações acerca da linguagem. Com base nessas considerações, julgue as assertivas a seguir:
 - I. A fala, no âmbito dos poderes públicos, e da política, assume feição bem própria, distanciando-se da maneira comum do falar do público.
 - II. A linguagem utilizada por políticos e parlamentares mostra-se cada vez mais cuidada, por expressar a forma de comunicação de pessoas cultas.
 - III. O rebuscamento vocabular do Ministro Tarso Genro é uma exigência do cargo, representante da alta esfera do governo.
 - IV. O processo de criação de novas palavras nem sempre é bem-vindo, uma vez que, na maioria das vezes, pode causar problema na comunicação.
 - V. A escolha de palavras ou expressões por parte dos políticos e parlamentares representa a necessidade de se criar uma língua que identifique essas categorias na sociedade brasileira.
2. O autor titula seu texto com a frase *Falando difícil*. Considerando a sua argumentação acerca do “falar difícil”, julgue as assertivas a seguir:
 - I. Apenas os políticos cometem o erro de se expressar com palavreado difícil, pois os demais segmentos da sociedade primam pela clareza na comunicação.
 - II. Apenas os professores, do ensino fundamental à universidade, mantêm o respeito à língua, evitando esse tipo de uso da linguagem.
 - III. Artistas, escritores e jornalistas, mesmo dando asas à imaginação, seguem rigorosamente as normas de uso da língua, revelando um apreço ao seu idioma.
 - IV. Tanto as autoridades do governo, como as citadas no texto, quanto outros cidadãos, que se destacam no mundo empresarial, estão se descuidando de sua língua materna.
 - V. O ato de falar difícil impressiona o público, por isso deve ser uma norma a ser seguida por aqueles que vivem em contato com o público.
3. Segundo o autor, “[...] o português está sendo tratado a pedradas no Brasil.” (linha 31) e isso é consequência de alguns fatores. Em relação a essa questão, julgue as assertivas seguintes:
 - I. O descaso com a leitura, exclusivo daqueles que são analfabetos, tem comprometido o uso da língua e da comunicação.
 - II. Os professores, até mesmo os universitários, a exemplo de políticos, empresários e profissionais liberais, usam inadequadamente a língua, gerando problemas de compreensão.
 - III. A elite brasileira, em número expressivo, apresenta dificuldades que se referem ao domínio da leitura e da escrita.
 - IV. O português, falado e escrito atualmente no Brasil, está fadado à preferência do usuário que o modifica arbitrariamente, causando problemas sérios de compreensão.
 - V. O português é uma língua viva, e, por isso, está sujeito a “modismos”, o que é salutar para a geração atual e futura.
4. Considerando as tipologias textuais presentes no texto, julgue as assertivas a seguir:
 - I. O uso recorrente de sequências narrativas reforça a tese defendida pelo autor.
 - II. O uso recorrente de sequências explicativas constitui um recurso da argumentação.
 - III. O emprego de sequências descritivas constitui uma falha da argumentação.
 - IV. O uso de sequências argumentativas contribui para a sustentação da tese defendida pelo autor.
 - V. O uso recorrente de sequências narrativo-descritivas prejudica a argumentação do texto.
5. Leia:

“**Mas também** o PT, e não só o ministro Genro, gosta de falar enrolado.” (linhas 22-23)

Considerando a análise da expressão destacada no fragmento, julgue as assertivas seguintes:
 - I. Introduce oração que nega radicalmente o enunciado anterior.
 - II. Expressa circunstância de condição, ressaltando que o PT também gosta de falar enrolado.
 - III. Introduce argumento que reafirma a ideia de que políticos usam a linguagem de forma enrolada.
 - IV. Inicia um novo argumento que contraria a ideia de que os políticos não usam adequadamente a língua.
 - V. Expressa inclusão, possibilitando a continuidade do ponto de vista do autor acerca do uso da língua pelos políticos.

6. O conectivo **que**, entre outras funções, aparece no texto com valor restritivo. Considerando esse valor, julgue os fragmentos a seguir:
- I. “Quando começam a ser ouvidas quase todo dia palavras que ninguém ouvia antes, [...]” (linha 1)
 - II. “[...] fala-se cada vez mais um idioma que tem cada vez menos semelhança com a linguagem de utilização corrente pelo público.” (linhas 3-4)
 - III. “Poucas coisas, hoje em dia, são tão difíceis quanto pegar o ministro Tarso Genro naquilo que antigamente se chamava ‘português claro’.” (linhas 15-16)
 - IV. “[...] a propósito da influência do crime organizado nas eleições municipais do Rio de Janeiro, observou-se que a insegurança já transgrediu para a questão eleitoral.” (linhas 18-19)
 - V. “‘Políticas’, no entendimento comum da população, são mulheres que se dedicam à política; [...]” (linhas 24-25)
7. Considerando a mesma regência da forma verbal destacada em “Quando começam a ser ouvidas quase todo dia palavras que ninguém **ouvia** antes, [...]” (linha 1), julgue os verbos destacados nos fragmentos a seguir:
- I. “[...] são mulheres que se **dedicam** à política; [...]” (linhas 24-25)
 - II. “As pessoas **acham** que esse palavreado as torna mais inteligentes, ou mais profissionais.” (linha 27)
 - III. “Lula ficaria surpreso se **soubesse** quanta gente na elite brasileira também não lê livro nenhum –” (linha 34)
 - IV. “O mau uso do português **resulta** em diversos problemas de ordem prática, [...]” (linha 41)
 - V. “Os balanços das sociedades anônimas, publicados uma vez por ano, **permanecem** impenetráveis.” (linhas 46-47)
8. Há, no texto, registro de uso do verbo na voz passiva. Considerando esse uso, nas formas destacadas abaixo, julgue os fragmentos a seguir:
- I. “As preferências, aí, variam de acordo com quem **está falando**.” (linhas 4-5)
 - II. “Seus líderes vivem se referindo a políticas, que em geral **são estruturantes**.” (linhas 24-25)
 - III. “Conseguem, apenas, **tornar-se confusas**, ou simplesmente bobas.” (linha 28)
 - IV. “[...] – o que ela mostra é que o português **está sendo tratado** a pedradas no Brasil.” (linhas 30-31)
 - V. “Não se sabe, muitas vezes, que linguagem **foi utilizada** na redação de um contrato.” (linha 46)
9. Considerando o uso dos conectivos destacados no fragmento “A escritora Doris Lessing, prêmio Nobel de Literatura de 2007, diz que, **quando** se corrompe a linguagem, se corrompe, **logo em seguida**, o pensamento. (linhas 48-50), julgue as assertivas a seguir:
- I. O conectivo *quando* e a expressão *logo em seguida* introduzem orações que expressam ideia, respectivamente, de tempo e de conclusão.
 - II. O conectivo *quando* e a expressão *logo em seguida* estabelecem relação de temporalidade entre as orações.
 - III. O conectivo *quando* pode ser substituído pelo conectivo *sempre que*, mantendo-se a mesma circunstância.
 - IV. A expressão *logo em seguida* pode ser substituída pela conjunção *portanto*, sem alteração do sentido do fragmento.
 - V. A expressão *logo em seguida* modifica a forma verbal “*corrompe*”, indicando-lhe circunstância de tempo.
10. Leia:
- “É curioso, uma vez que, como dirigente do Partido dos Trabalhadores, deveria se expressar com palavras que a média dos trabalhadores brasileiros conseguisse entender.” (linhas 19-21)
- Considerando a concordância das formas verbais nesse fragmento, julgue as assertivas a seguir:
- I. O uso da forma verbal *deveria* constitui um desvio da norma padrão da língua escrita, visto que não concorda com o seu sujeito.
 - II. A forma verbal *deveria* poderá ser flexionada no plural, estabelecendo a concordância com o termo *trabalhadores*.
 - III. A forma verbal *conseguisse* está flexionada no singular, concordando com o sujeito *a média dos trabalhadores brasileiros*.
 - IV. A forma verbal *conseguisse* poderá flexionar-se também no plural, mantendo-se a concordância com a expressão *trabalhadores brasileiros*.
 - V. O uso das formas verbais *deveria* e *conseguisse* está de acordo com a norma padrão da língua escrita.

II – PEDAGOGO/ÁREA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

11. Estudantes de um Curso de Pedagogia que estagiavam em uma escola da rede pública de ensino foram solicitados para tirar dúvidas quanto à organização e ao funcionamento da instituição em relação a três aspectos legais: os dias letivos, a carga horária anual e o ensino religioso. Considerando o que determina a legislação em relação a esses aspectos, julgue as assertivas abaixo:
- I. O ensino religioso deve ser obrigatório para a escola e facultativo para o aluno.
 - II. O ano letivo deve ter, no mínimo, 200 dias letivos, 720 horas anuais.
 - III. O ano letivo deva ter, no mínimo, 200 dias letivo, 800 horas anuais.
 - IV. O ensino religioso deve ser obrigatório para o aluno.
 - V. O ano letivo deve ter, no mínimo, 180 dias letivos, 800 horas anuais.
12. O Projeto Pedagógico de uma Escola deve expressar as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da escola, tendo como referência o compromisso da comunidade escolar de forma que o processo de ensino atenda a todos os alunos. Nessa perspectiva, são quatro razões que justificam a importância do Projeto Político Pedagógico. Nesse contexto, julgue as assertivas abaixo:
- I. Expressa padrões de conduta; retrata o ideal educacional da equipe gestora e propicia a realização de objetivos e o bom funcionamento da escola.
 - II. Constitui ingrediente de potencial formativo para profissionais e para a organização escolar e expressa o grau de autonomia da equipe escolar.
 - III. Resulta de práticas participativas e legitima os compromissos com a formação dos alunos e com a comunidade escolar.
 - IV. Expressa padrões comuns de conduta; retrata unidade de pensamento e de ação; propicia a realização de objetivos e o bom funcionamento da escola e expressa o grau de autonomia da equipe escolar.
 - V. Proporciona o cumprimento de metas e a realização de atividades educativas; define a estrutura curricular e resulta da interação entre professores, pais e alunos.
13. De acordo o PDE (Brasil, PDE, 2007), professores abandonam o magistério devido aos baixos salários e às condições de trabalho nas escolas. Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. Considerando as ações necessárias para a valorização da carreira do magistério, julgue as assertivas abaixo:
- I. Intervenção do estado para conter a fuga dos profissionais para instituições privadas.
 - II. Políticas que contemplem a formação e a oferta de condições de trabalho dos profissionais do magistério nas escolas.
 - III. Conhecimento dos governantes sobre a precariedade das condições de trabalho dos profissionais.
 - IV. Intervenção do poder público para elaboração de políticas de valorização dos profissionais do magistério.
 - V. Políticas que contemplem salário digno e plano de cargos e salários para profissionais do magistério.
14. Considerando as razões pela quais o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, tornou-se uma referência para a sociedade, julgue as assertivas:
- I. Por ser um plano proposto para o decênio 2001/2010, determinando metas qualitativas e quantitativas e recursos destinados à educação.
 - II. Por ser documento elaborado pelo INEP, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios.
 - III. Por ser aprovado após cinco anos de discussões dos Projetos de Leis, encaminhados ao Congresso Nacional.
 - IV. Por ser o primeiro Plano Nacional de Educação a ser submetido ao Congresso Nacional, por exigência da Constituição Federal de 1988 e da LDB/1996.
 - V. Por ser um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas em dez anos, além de estabelecer recursos destinados à educação.

15. O Plano Nacional de Educação /2001 determina como objetivos para educação nacional: elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência, com sucesso nela; a democratização da gestão do ensino público em estabelecimentos oficiais. Com base nos objetivos expressos, é possível fazer uma avaliação do sistema de ensino. Considerando essa avaliação, julgue os itens abaixo:
- I. Eficiente pedagogicamente.
 - II. Igualitário, democrático.
 - III. Eficaz e com qualidade.
 - IV. Com baixo desempenho.
 - V. Excludente, baixa qualidade.
16. O vínculo entre educação, redução de pobreza, desenvolvimento e crescimento econômico é reconhecido pelos governos Collor, Fernando Henrique e Lula, que elaboraram planos de educação com objetivos e metas comprometidos com o enfrentamento de tais questões. Sabe-se, no entanto, que esses objetivos e metas não foram alcançados. Considerando os fatores responsáveis pela permanência dessa situação, julgue os itens abaixo:
- I. Escassez de recursos financeiros para educação.
 - II. Dissociação entre ensino e pesquisa.
 - III. Falta de um plano de implementação.
 - IV. Ausência de políticas educacionais.
 - V. Ações ineficientes para solução dos problemas.
17. A implementação do Projeto Pedagógico (PP) é uma das condições para a afirmação da identidade da escola como espaço necessário à construção do conhecimento e da cidadania. Nessa perspectiva, o currículo, parte integrante do PP, deverá contemplar a formação da identidade cultural. Considerando as propostas do PP, julgue as assertivas abaixo:
- I. Garantir a todos e a todas uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania.
 - II. Constituir espaço de síntese entre a cultura formal, a sistematizada e a cultura experienciada do aluno.
 - III. Contemplar a presença de espaços para formação ética de respeito e de combate a discriminações e preconceitos, e de valorização da diversidade cultural e das diferenças.
 - IV. Prever o enriquecimento curricular pela interdisciplinaridade e pela coordenação de disciplinas por meio de projetos comuns.
 - V. Selecionar, para ser ensinada, a cultura produzida pela sociedade para a formação do aluno.
18. Maria Clara, durante o Curso de Pedagogia, conheceu diferentes tendências pedagógicas, concepções ou teorias educacionais, as quais servem de referência para a organização do trabalho da escola e para a prática educativa. Assim, percebeu a necessidade de se opor à fragmentação, à rotina, ao autoritarismo e à centralização do poder para o alcance da qualidade e da cidadania em processo educacional. Ela entende que o caminho a ser percorrido é a construção do Projeto Pedagógico como instrumento de luta para o alcance da qualidade da educação e da construção da cidadania. Considerando os ideais defendidos por Maria Clara para a elaboração desse projeto, julgue os itens abaixo:
- I. Elaboração do projeto Pedagógico realizado por uma coordenação administrativo-pedagógica especializada.
 - II. Diagnóstico permanente da realidade escolar com registro e discussões dos dados com a comunidade escolar.
 - III. Divulgação de indicadores de desempenho dos alunos para organização das matrículas.
 - IV. Planejamento elaborado com a participação de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar.
 - V. Definição de estratégias pela equipe pedagógica para a elaboração do Projeto Pedagógico.

19. Ao estimular o trabalho em grupo, a professora de uma turma de adolescentes fundamenta-se no princípio, constante no Projeto Pedagógico da Escola, de que as estratégias de ensino devem favorecer a um processo de aprendizagem. Considerando essas estratégias, julgue itens abaixo:
- I. Solidariedade e respeito.
 - II. Parceria e contradições.
 - III. Conflitos e ética.
 - IV. Solidariedade e contradições.
 - V. Ética e convivência.
20. Dois pedagogos, recém-admitidos em uma universidade pública, designados para a coordenação de um Curso, fazem um diagnóstico da instituição e identificam a necessidade de melhoria da gestão e da qualidade de ensino. Traçaram uma proposta a ser apresentada à coordenação do curso, contemplando a realização de seminários, debates, leituras, entrevistas, com docentes, funcionários e alunos sobre a problemática encontrada. Essas estratégias devem garantir que a discussão tenha como foco o suporte teórico para a promoção de gestão democrática comprometida com a qualidade de ensino e o sucesso dos alunos. Considerando as atitudes necessárias para concretização dessa proposta, julgue as assertivas abaixo:
- I. A aprovação do Coordenador de Curso para implantação de uma gestão democrática e de ações para melhoria da qualidade de ensino.
 - II. O aval do Diretório Acadêmico para garantir a participação dos alunos nas decisões e legitimidade das propostas.
 - III. A mobilização da comunidade escolar para participar das ações propostas e da adoção do modelo de gestão democrática.
 - IV. Apoio da reitoria para dotar a escola com recursos materiais, tecnológicos e humanos.
 - V. A mobilização dos funcionários para implementar a gestão democrática, tendo clareza de seus desdobramentos.
21. Na universidade em que Maria Paula é funcionária, vivencia-se uma gestão participativa, na qual, quando há o recebimento de verbas ou quando se pretende avaliar um programa educacional, realiza-se uma assembleia, para que a comunidade tome conhecimento e participe da tomada de decisão. Considerando essa situação descrita, julgue as assertivas abaixo:
- I. As metas são estabelecidas observando o defendido pelo coletivo, e, assim, comprometendo a comunidade escolar com o planejado.
 - II. As formas como os processos de decisão se desenvolvem levam a se prescindir da presença de cargos de direção.
 - III. A burocracia é afastada, eliminando-se os processos de planejamento, por estarem identificados com modelos centralizadores.
 - IV. A autonomia é exercida por cada membro da instituição, segmentos, iniciativas, interesses e decisões.
 - V. A formação dos membros da instituição processa-se no exercício da autonomia, sendo compartilhada a tomada de decisões.
22. Considerando-se o ano de publicação da Constituição Federal que reconheceu o município como instância administrativa, possibilitando, no campo da Educação, a organização dos sistemas de ensino em colaboração com a união e com os estados, mas sem competência para legislar sobre ele, julgue os itens abaixo:
- I. 1891
 - II. 1934
 - III. 1946
 - IV. 1988
 - V. 1937

23. A diversificação e a diferença da organização acadêmica, concedida por normas legais, permitem que cursos e programas sejam oferecidos por universidades e instituições de Ensino Superior com outros formatos. Considerando as formas previstas pelo Decreto 2.306/96 para a organização do Ensino Superior, julgue os itens abaixo:
- I. Universidades, Centros Universitários.
 - II. Centro de Ensino, Institutos Superiores, Faculdades Isoladas, Escolas.
 - III. Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores ou Escolas Superiores.
 - IV. Centros de Ensino Técnico, Faculdades, Institutos Superiores, Escolas Superiores.
 - V. Universidades Federais, Institutos Superiores, Centros Integrados de Educação, Centros Universitários.
24. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de N° 5.692/71 não definiu o que considera como profissionais da Educação; sugere, no entanto, alguns elementos como titulação e cargos exercidos. Com base no que sugere essa lei, julgue as assertivas abaixo:
- I. Profissionais da educação são considerados os que têm bacharelado e que exercem a docência e/ou cargos de assessoramento.
 - II. Profissionais da educação são os que cursaram administração supervisão, orientação, inspeção e planejamento educacional, que ocupam cargos no sistema educacional.
 - III. Profissionais da educação são os graduados em licenciatura com exercício da docência.
 - IV. Profissionais da educação são os que exercem cargo de direção e assessoramento superior em instituições públicas.
 - V. Profissionais da educação são os que atuam dentro do ambiente escolar.
25. A especificidade de funções e de áreas para o exercício da profissão de Pedagogo está vinculada ao cargo e à área de atuação. As suas atribuições na Universidade Federal da Paraíba foram apresentadas no Manual do Candidato – Concurso Público para provimento de cargos técnico-administrativos – 2009. Considerando-se as funções e as áreas de atuação desse profissional, julgue as assertivas abaixo:
- I. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento bio-psico e social dos estudantes; realizar pesquisas experimentais.
 - II. Implementar a execução, avaliar e coordenar a reconstrução do projeto pedagógico de escolas da educação infantil, do ensino médio ou do ensino profissionalizante com a equipe escolar.
 - III. Viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas; assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
 - IV. Implementar a execução, avaliar e coordenar projetos pedagógicos de cursos; desenvolver pesquisas de cunho pedagógico.
 - V. Executar ações de caráter técnico relativas à organização do curso; assessorar direções gerenciando informações.
26. Considerando as determinações da última Constituição Federal, no capítulo referente à educação, as quais foram regulamentadas pela LDB 9394/96 e, posteriormente, expressas na Lei do FUNDEB, julgue as assertivas abaixo:
- I. Ampliação da carga horária do trabalho docente e incentivo para aperfeiçoamento.
 - II. Progressão funcional baseada na titulação e na avaliação de desempenho e adoção da hora atividade.
 - III. Planos de cargos e salários e estatuto específico para os que exercem a docência na educação básica.
 - IV. Piso salarial para profissionais do ensino fundamental e incentivo para aperfeiçoamento profissional.
 - V. Ingresso, exclusivamente, por concursos públicos de provas e títulos e licenciamento remunerado para aperfeiçoamento profissional.

27. Ana Luiza, funcionária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), exercendo a função de Pedagoga, foi solicitada para compor uma equipe que tinha o compromisso de elaborar o Projeto Pedagógico (PP) de um curso a ser criado. Ana Luiza precisou conhecer alguns documentos para desenvolver o compromisso assumido. Considerando os documentos necessários para a elaboração desse PP, julgue as assertivas abaixo:
- I. Constituição Federal, Constituição Estadual, Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Base.
 - II. Constituição Federal, Constituição Estadual, Regimento da UFPB, Parâmetros Curriculares.
 - III. Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares para o curso e nas diretrizes e normas da UFPB para novos Cursos.
 - IV. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares para o Curso, as Resoluções e Portarias dos Conselhos Superiores da UFPB para novos Cursos.
 - V. Resoluções e Portarias do Ministério da Educação sobre a criação de cursos.
28. Um dos objetivos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é “Criar condições para ampliação de acesso e permanência na educação superior de graduação”. Considerando as dimensões relacionadas a esse objetivo, julgue os itens abaixo:
- I. Ampliação da oferta de vagas.
 - II. Revisão da estrutura acadêmica.
 - III. Garantia de qualidade.
 - IV. Reorganização dos cursos.
 - V. Redução das taxas de evasão.
29. O REUNI assumiu como compromisso dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso a educação superior e a permanência nela. Em relação a essas condições, julgue os itens abaixo:
- I. Reordenação da gestão acadêmica nas IFES.
 - II. Expansão de cursos e *campi*.
 - III. Contratação de pessoal docente e técnico.
 - IV. Ampliação da oferta de vagas.
 - V. Adoção de novos modelos de ensino.
30. Quanto à ampliação do acesso, é definido conforme o glossário anexado ao documento REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais –, julgue os itens abaixo:
- I. Aumento de matrícula em cursos.
 - II. Aumento de matrícula na educação à distância.
 - III. Aumento de matrícula na graduação.
 - IV. Aumento de vagas para graduação por ingresso.
 - V. Aumento de vagas por reocupação.
31. A aplicação dos recursos financeiros na Educação é fundamental para contribuir com a garantia da escolarização de um maior número de brasileiros. Considerando as ações necessárias para garantir essa escolarização, julgue as assertivas abaixo:
- I. Participação da população no planejamento dos recursos públicos.
 - II. Controle da sociedade no acompanhamento da arrecadação e aplicação dos recursos públicos.
 - III. Estabelecimento de critérios políticos e pessoais para arrecadação e aplicação dos recursos públicos.
 - IV. Luta para ampliação dos recursos públicos para a educação.
 - V. Realização de balanços dos recursos públicos aplicados.

32. O Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001/2010 – propõe solidariedade entre os entes federativos da educação básica, na perspectiva de garantir a universalização da educação, de elevar a média da escolaridade dos brasileiros e de resgatar a qualidade do ensino em todos os níveis. Considerando as propostas contempladas pelo PNE, julgue os itens abaixo:
- I. Descentralização da gestão educacional.
 - II. Adequação do ensino aos interesses da maioria da população.
 - III. Construção de um sistema nacional articulando União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade.
 - IV. Adoção de um modelo de gestão democrática para atingir os objetivos propostos.
 - V. Participação de equipes de órgãos gestores dos sistemas educacionais estaduais e municipais na elaboração de Planos Educacionais.
33. O orçamento público corresponde a um dos principais instrumentos para um plano de governo que necessita de recursos financeiros. Metas, objetivos e diretrizes constantes no plano de governo são definidas no orçamento plurianual. Em relação ao planejamento das receitas e despesas para educação constante no planejamento orçamentário do governo, julgue as assertivas abaixo:
- I. A sua elaboração cabe ao poder executivo.
 - II. A sua elaboração cabe ao poder legislativo.
 - III. A sua aprovação cabe ao poder legislativo.
 - IV. A sua aprovação cabe ao poder executivo.
 - V. A elaboração e aprovação cabem ao poder executivo.
34. O Sistema de Educação Superior do Brasil preserva um modelo de formação acadêmica profissional superado nos aspectos acadêmicos. Quanto aos problemas que o REUNI explicita, em relação à questão, julgue os itens a seguir:
- I. Concepção fragmentada do conhecimento curricular com pouca flexibilização e forte viés de disciplinas.
 - II. Isolamento entre os cursos de graduação e pós-graduação.
 - III. Presença de currículos flexíveis e prevalência de disciplinas isoladas.
 - IV. Caracterização da interdisciplinaridade na organização curricular.
 - V. Organização e oferecimento de componentes curriculares inovadores.
35. A ampliação da política de inclusão, a democratização do acesso, a permanência com o sucesso na educação pública, a democratização da gestão do ensino público e a efetiva igualdade de oportunidades fazem parte de um projeto de nação no qual estão contemplados princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias de ações. Considerando os documentos que são referências básicas sobre esse assunto, julgue os itens abaixo:
- I. Lei de Diretrizes da Educação Nacional.
 - II. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério.
 - III. Plano Nacional da Educação.
 - IV. Plano de Metas. Compromisso todos pela Educação.
 - V. Plano de Desenvolvimento Institucional de Universidades Públicas.
36. Um plano de Estado, articulado ao Sistema Nacional de Educação, deve constituir, por meio de concepção ampla da educação e da articulação entre entes federados, uma referência para implementação de políticas, programas e ações. Em relação ao conteúdo desse plano, julgue as assertivas abaixo:
- I. Promoção de práticas administrativas e pedagógicas e financeiras para o sistema estadual.
 - II. Realização de mudanças na estrutura organizacional de uma administração pública.
 - III. Elaboração do Plano Pedagógico do Estado.
 - IV. Estruturação de subsistemas de educação, desenvolvimento curricular, financiamento da educação.
 - V. Disseminação de indicadores educacionais, planejamento, gestão, formação e valorização profissional da educação.

37. O direito à educação é estabelecido pela nossa última Constituição Federal, nos artigos 205 e 206, constituindo categoria histórica de importância fundamental e um princípio educativo. Considerando esse direito, julgue as assertivas abaixo:
- I. É um direito coletivo e não apenas individual.
 - II. É um direito individual e não coletivo.
 - III. É um direito coletivo e não individual.
 - IV. É um direito coletivo e universal.
 - V. É um dever do Estado e da sociedade.
38. No Departamento de Ensino em que Carlos Henrique exerce a função de pedagogo, a elaboração e a avaliação de um programa educacional realizam-se em assembleia, de modo que todos os profissionais participem do processo. Considerando esse modelo de gestão, julgue as assertivas abaixo:
- I. As metas e a avaliação discutidas e decididas por todos visam ao aumento da produtividade e ao compromisso de cada profissional com o sucesso do departamento.
 - II. Os processos de decisão e de avaliação dispensam a presença de cargos de direção.
 - III. A burocracia é afastada, eliminando-se os processos de planejamento, por estarem identificados com modelos centralizadores.
 - IV. A autonomia é exercida indiretamente, segmentando iniciativa, interesses e decisões.
 - V. A formação dos membros das instituições processa-se no exercício da autonomia e no compartilhamento de decisões.
39. Para a seleção de Pedagogo de uma Universidade Pública, é preciso definir um perfil fundamentado na análise e especificidade do cargo. Tendo em vista o(s) órgão(s) responsável(is) pela definição desse perfil, julgue os itens abaixo:
- I. Legislação institucional.
 - II. Comissões do concurso.
 - III. Chefias.
 - IV. Legislação nacional.
 - V. Regimento de cada universidade.
40. Amanda, pedagoga que trabalha na equipe gestora de uma escola, foi consultada sobre encaminhamentos metodológicos a serem adotados para adoção de um programa de desenvolvimento organizacional e de desenvolvimento de pessoal. Com relação a esses programas, julgue as assertivas abaixo:
- I. O desenvolvimento organizacional visa modificar o ambiente, a estrutura e a cultura organizacionais em que as pessoas trabalham.
 - II. O desenvolvimento de pessoal é um programa de longo prazo para promover e crescimento profissional que potencializaram gradativamente as pessoas.
 - III. O desenvolvimento organizacional é um programa de modernização da empresa que para promover mudança estrutural.
 - IV. O desenvolvimento de pessoal é um programa de curto prazo para promover o crescimento profissional que potencializam gradativamente as pessoas.
 - V. O desenvolvimento organizacional e de pessoal constituem um programa para promover mudanças estruturais na organização.